

Instituição e institucionalistas

ADELINO DUARTE GOMES*

I — GÉNESE SOCIAL E GÉNESE TEÓRICA

Como tudo o que é instituído, instituinte ou em vias de institucionalização, a Análise Institucional é um produto social-histórico. A sua génese teórica só poderá ser entendida em relação com a génese social da época actual: génese da sociedade industrial e pós-industrial; génese das Ciências Sociais; génese das novas formas de organização, de *management* e de divisão social do trabalho; génese e importância crescente do sector terciário; génese das novas formas de produção e de informação. O movimento institucionalista é um produto da crise generalizada das instituições de que alguns analisadores têm vindo a surgir: o absentismo, a «passividade» ou o «mutismo» das massas, o *drop-out*, a «crise» da escola, do hospital, da família, da associação cultural, do partido, do sindicato, da igreja, etc. Antes de existir como «objecto de conhecimento», a Análise Institucional já existia na realidade social da sociedade em «crise». Os «momentos quentes» da história não esperaram pelos analistas ou teóricos institucionalistas para se produzirem; a Análise Institucional, enquanto teorização, é o produto dos «momentos frios» que, entretanto, sobrevieram.

* Psicólogo. Professor-Adjunto de Psicossociologia das Organizações no I.S.P.A.

A acção produz, constantemente, teoria; a génese social precede e produz a génese teórica.

Como definir a Análise Institucional? Um movimento, uma ideologia, uma corrente de pensamento, uma teoria social?

Historicamente, a Análise Institucional é a tentativa de apresentação de alguns conceitos originais elaborados nos últimos dez anos em três ou quatro frentes profissionais e militantes.

Sociologicamente, a Análise Institucional é um campo em que um novo tipo de trabalho social se pratica: nas organizações e instituições em que se desenvolve a prática dos institucionalistas.

Ao nível universitário, a Análise Institucional é um conjunto teórico-prático a confrontar com outros, tais como: a dinâmica de grupos, a psicanálise, o estruturalismo, a teoria das organizações, a análise sistémica, etc.

Sempre inacabada, a Análise Institucional experimenta actualmente e desde o início uma dificuldade, teórica e prática, em se definir. A conceptualização de instituição apenas está começada e para isso os institucionalistas têm-se servido dos contributos da psicossociologia, da sociologia das organizações, de Freud e de Marx, aparecendo estes, a maior parte das vezes, mais justapostos do que articulados. A profusão e confusão de palavras, assim como a polissemia dos termos reinantes no movimento

institucionalista se, por um lado, contribuíram para a sua divulgação e sucesso, por outro, conduziram-no à queda e à deriva.

Neste breve artigo tentarei situar historicamente a evolução da Análise Institucional e, em seguida, apresentar as diferentes correntes institucionistas.

II—A PRODUÇÃO SOCIAL-HISTÓRICA DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Se bem que o termo instituição tenha uma longa história e seja retido como objecto da sociologia por Durkheim, o termo institucional surge pela primeira vez em 1952, numa revista portuguesa (Daumezon, 1952).

— A partir dos anos 40-42, no hospital de Saint-Alban, sob a influência do Dr. Tosquelles, desenvolver-se-á a psicoterapia institucional — conjunto teórico-prático em que a noção de instituição se confunde, a maior parte das vezes, com a noção de estabelecimento, organização.

— Em 1962, surge a pedagogia institucional nos estágios de Royaumont.

— Em 1963-64, a pedagogia institucional divide-se em duas tendências: uma autogestionária, com um carácter marcadamente político, com Lapassade, Lourau, Lobrot, Fonvielle, etc.; outra, mais terapêutica e influenciada pela psicanálise lacaniana, com F. Oury e A. Vasquez. Uma primeira ligação entre a primeira corrente e a psicoterapia institucional, surge em 1963, através dos contactos de Lourau e Lapassade com Tosquelles.

— 1964-65: C. Castoriadis, sob o pseudónimo de P. Cardan, publica, em *Socialisme ou Barbarie*, uma análise institucional do capitalismo. Castoriadis é o primeiro teórico do movimento institucionalista que, a partir de uma leitura linguística, acabará com a confusão entre instituição e organização, definindo instituição como «uma rede simbólica, socialmente sancionada, em que se combinam em proporções e relações variáveis, uma componente funcional e uma componente imaginária». (Castoriadis, 1975).

— 1966: Lapassade publica *Groupes, Organisations et Institutions*, livro em que está bem presente o pensamento sartreano de *Critique de la Raison Dialectique*.

— Com os acontecimentos de Maio 68, a análise institucional socializa-se, quebrando os círculos restritos em que, até então, permanecia.

— Em 1970, a tese de R. Lourau *L'analyse institutionnelle* será acolhida favoravelmente pelas correntes de opinião surgidas de Maio 68. Lourau, no seguimento dos desenvolvimentos teóricos de Castoriadis, surgirá como o teórico mais notável da instituição.

Na evolução da Análise Institucional, três fases podem ser assinaladas (Lapassade, 1973):

Primeira fase: a instituição

A análise está centrada sobre o conceito de instituição. A teoria da instituição, iniciada por Castoriadis, no campo político (crítica radical do marxismo enquanto «ciência» da revolução e da sociedade), dará uma importância cada vez maior ao instituinte contra o instituído, privilegiando o conflito entre essas duas instâncias e os processos activos de institucionalização. A interrogação do acto de instituir fará sobressair a «naturalização» das instituições, o esquecimento (Efeito Weber) das condições sócio-históricas que as produzem. As novas instituições (contra-instituições) produzidas nos «momentos quentes» (revoluções) acabarão por regredir e desaparecer com a ascensão do novo poder, passando a constituir o inconsciente colectivo — o inconsciente político.

Durante esta primeira fase, o conceito de instituição, teorizado por Lourau com o rigor epistemológico possível, tornar-se-á a panaceia do discurso de muitos educadores e terapeutas. Lourau já tinha, no entanto, chamado a atenção para a polissemia, equívoco e problemática do conceito de instituição, numa perspectiva dialéctica.

— Polissemia do conceito, porque os três momentos: universalidade ou unidade positiva, particularidade ou unidade negativa, singulari-

dade ou negação da negação, são, cada um por sua vez, retidos ou esquecidos.

— Equívoco do conceito, porque se compõe de instituído e instituinte em relações dialéticas.

A sociedade — instituído e instituinte — é história, auto-alteração (Castoriadis, 1975). Instituído e instituinte, são o desdobramento, o desenvolvimento do imaginário social que tanto pode ser criador como logrador (*leurrrant*). O instituído é a encarnação, a materialização do instituinte e não o seu oposto.

— Problemática do conceito, porque para revelar a instituição se torna necessário o trabalho dos analisadores.

O analisador revela, desoculta, o negativo das instituições sociais cujas relações de classes estão ocultas, «invisíveis».

Nesta primeira fase, a imbricação dinâmica e tridimensional teorizada por Lourau na dialectização do conceito de instituição, nem sempre é seguida coerentemente pelos seus iniciadores que, esquecendo as relações entre instituído e instituinte (o instituído com as suas figuras/formas estáveis, as suas estabilidades provisórias, é «necessário» para permitir a encarnação, a materialização social-histórica do imaginário), se perdem, por vezes, no individualismo e no militantismo frágil incapaz de se dotar de estabilidades provisórias e de um mínimo de coerência e de organização teórica e prática.

Segunda fase: o analisador

A análise está centrada sobre o conceito de analisador, seu aprofundamento e transformação. O conceito, retirado da psicoterapia institucional (Torrubia e Guattari), é transformado e desenvolvido sob a influência da «explosão dos analisadores» de Maio 68. A presença-ausência da instituição não se apresenta à observação imediata, nem pode ser analisada através de uma análise puramente teórica ou de uma tomada de consciência, mas através de analisadores naturais e/ou construídos. Não é a análise que prepara a crise institucional; é esta

que produz aquela e a socializa (Lapassade, 1973). Os analisadores de Maio 68 produzem uma inversão conceptual: é o analisador que produz a análise e o analista; o trabalho dos analisadores precede e funda o trabalho de análise. É a inversão da relação entre analista e analisador; o primado do segundo sobre o primeiro. O analisador «é uma máquina a decompor, natural ou construída para fins de experimentação ou de intervenção» (Lapassade, 1975). Para Lapassade o conceito de analisador acaba com o trabalho de interpretação e com o discurso explicativo; o analisador fornece os materiais para a análise e faz o trabalho de análise (cf. Lapassade, 1973). O analisador des-constrói as relações sociais institucionalizadas, por exemplo, o analisador que constitui «a minoria insignificante» é portador e produtor de sentido para a sociedade.

O conceito de analisador não foi submetido ao mesmo rigor teórico que o conceito de instituição. A elucidação deste conceito permanece bastante imperfeita e contraditória. A imprecisão e a problemática inerente a esta segunda fase são, por vezes, percebidas com lucidez, como o demonstra Lourau no artigo «Pour une théorie des analyseurs»: «Ela não é (a Análise Institucional), apesar da teoria dos analisadores, uma técnica «palavrista» (*paroliste*) que dá a palavra, de facto, à nova burocracia?» (Lourau, 1973).

As relações entre análise, analisador, analista e analisante (analisado) exigem uma clarificação que está por fazer; «a manipulação do analisador permanece ainda tateante» (Lapassade, 1975).

O desejo de «pôr o analista no seu lugar», de o reduzir à sua insignificância, a crítica do psicanalismo (Castel, 1976), acarreta a sobrevalorização dos analisadores e a subvalorização dos analistas, feita por certos institucionalistas. Esta atitude, presente, sobretudo, na esquizo-análise, é mais «reactiva» que científica. A supressão do analista, a sua não clarificação torna-se um «ponto cego» (não analisado) da análise institucional. Se o analisador relativiza o lugar e a função do analista, não o suprime.

Parece, um tanto ou quanto obscurantista, afirmar que o analisador é analista, é análise, independentemente do trabalho de «leitura» feito sobre e a partir do analisador. O analisador «é análise potencial, pretexto para análise. Não se lhe pode, nem se lhe deve retirar o carácter instrumental que o especifica» (Ardoino, 1977).

Terceira fase: a implicação

A análise passa a centrar-se sobre o conceito de implicação. Com a introdução deste conceito, pretendem os institucionalistas negar a neutralidade científica, consequência lógica da desvalorização do analista. O mito do analista é des-construído, desmontado; o analista deve implicar-se, falar dos seus problemas, dos seus desejos (cf. Lapassade, 1973). Produtor e produto estão ligados um ao outro (Efeito Heisenberg). Trata-se de ultrapassar as ilusões positivistas e cientistas, elucidando a relação do investigador com a sua produção, o seu objecto de investigação, a relação ao saber, ao ter e ao poder.

O conceito de implicação pretende substituir o conceito de contratransferência institucional, introduzido por Gantheret (cf. Lapassade, 1975). Este conceito permanece, contudo, bastante equívoco e a sua abordagem varia segundo as diferentes correntes institucionalistas.

Lapassade considera que à implicação política se torna necessário acrescentar a implicação emocional, introduzindo o desejo na análise e negando a sua compatibilidade teórico-prática com a «Ciência», sobretudo quando se trata do desejo heterodoxo, marginal e «anti», não legitimado socialmente; importa desocultar as máscaras, a base material do discurso, a relação ao dinheiro (cf. Lapassade, 1975).

Lourau oporá a esta *démarche* «dionisíaca» uma perspectiva «apolínea», contra-sociológica, criticando os analisadores demasiado personalizados, a marginalomania e o «palavrismo» (*parolisme*).

Ardoino distingue implicação institucional (Lourau) e implicação libidinal (Lapassade), propondo a sua articulação (cf. Ardoino, 1977).

Hess propõe uma análise implicacional, introduzindo o conceito de implicação periférica e que permite a «des-construção» dos «feitos» Lefebvre e Basaglia, isto é, a tendência à centralização e à periferização.

Barbier distingue três níveis, na abordagem que faz do conceito de implicação: a) psico-afectivo, b) histórico-existencial, c) estruturo-professional. A implicação será, então, definida como «o empenhamento (*engagement*) pessoal e colectivo do investigador na e pela sua práxis científica, em função da sua história familiar e libidinal, das suas posições passadas e actuais nas relações de produção e de classes, e o seu projecto sócio-político em acto, de tal forma que o investimento que necessariamente daí resulta é parte integrante e dinâmica de toda a actividade de conhecimento» (Barbier, 1977).

III — CORRENTES INSTITUCIONALISTAS

O termo institucional é utilizado nos últimos dez anos para designar actividades de investigação e/ou de intervenção em sectores cada vez mais diversificados. «A expressão Análise Institucional recobre actualmente empreendimentos bastante diversos ou díspares, pelas suas finalidades, métodos, aparelhos conceptuais e até pela utilização que é feita da noção de instituição» (Dubost, 1973). Torna-se difícil, senão impossível, encontrar uma coerência lógica interna, um quadro teórico suficientemente sólido para legitimar a existência de um conjunto teórico-prático que faz referência à Análise Institucional; descobrir a unidade provável das diferentes correntes ou os meios de ruptura, é tarefa que se afigura bastante difícil se não infrutífera. A dificuldade em se situar adentro da polissemia e da «barafunda» que constitui o movimento institucionalista, torna-se mais compreensível quando através do seu discurso sincrético se tenta remontar às fontes e origens nem sempre explícitas, dos institucionalistas. Estes quiseram situar-se em relação às «disciplinas vizinhas»: psicossociologia, sociologia

das organizações e psicanálise e retiram conceitos de Marx e de Freud, estes relidos de forma mais ou menos ortodoxa por Althusser, Luckacs, Gramsci, Goldmann, Lefebvre e por Lacan, M. Klein, Reich ou E. Fromm.

Uma primeira forma de situar as diferentes correntes institucionalistas, seria distinguir os três sectores em que, particularmente, foram afirmadas as intenções de Análise Institucional: psiquiatria, educação e intervenção. Outra forma de situar as correntes institucionalistas seria a sua classificação segundo o grau de importância acordada à luta política, à psicossociologia ou à psicanálise lacaniana.

Partindo das práticas sociais e das publicações referentes à instituição, creio poder distinguir quatro correntes no movimento institucionalista, as quais passarei a descrever de forma resumida:

1. *Análise Institucional sócio-analítica*

Trata-se da corrente desenvolvida por R. Lourau e G. Lapassade e por uma série de investigadores que eles formaram: R. Hess, A. Savoye, P. Ville, etc. Próximos da conceptualização desenvolvida por este grupo, encontram-se J. Ardoino e R. Barbier (este último tendo trabalhado sob a orientação de R. Lourau e J. Ardoino). Esta corrente permanece francesa, parisiense (de Vincennes), com um discurso «periférico» produzido a partir do «centro».

No interior desta corrente convém distinguir duas orientações bastante diferentes: a esquizo-análise e a socianálise. «As publicações da nossa corrente, particularmente a corrente sociológica lançada por Lapassade e por mim, e distinta da tendência psicanalítica animada por Guattari e pelo C.E.R.F.I., dão uma ideia imperfeita de tudo o que se agitou e agita ainda a coberto da Análise Institucional» (Lourau, 1976).

Esta corrente reconhece a contribuição fundamental e estabelece relações com os anti-institucionalistas: antipsiquiatria (Basaglia, Cooper) e antipedagogia (Illich, Celma, etc.).

Os anti-institucionalistas (italianos, anglo-saxões) operaram um deslocamento no pensamento institucionalista, colocando-se no exterior da instituição.

Entre as duas figuras principais desta corrente, desenha-se uma clivagem: por um lado, uma tendência «estético-sociológica» ou «contra-sociológica» em Lourau, que atribui muita importância aos analisadores sociais; e, por outro, uma tendência «existencialo-política» em Lapassade, que valoriza ou sobrevaloriza o analisador desvio, a crisanálise, a transanálise, em direcção ao movimento potencialista americano. Lourau e Lapassade definem duas modalidades ou dois investimentos diferentes e complementares da Análise Institucional em acto — a socianálise.

A diferença entre Análise Institucional generalizada e socianálise depende bastante dos autores (cf. Lapassade, 1973; Ardoino, 1977; Hess, 1978). À semelhança de Ardoino, adoptarei a seguinte distinção relativa à Análise Institucional, baseada no conceito de analisador:

— *Análise Institucional Generalizada*: a análise institucional baseada em *analisadores históricos*, como por exemplo: Maio 68 (Ardoino, 1977); a comuna de 1871 (Lourau e Lapassade, 1971); o 25 de Abril (A. Gomes, 1979).

— *Análise Institucional Restrita*: a análise institucional baseada em *analisadores sociais*, como por exemplo: Lip (Lourau, 1977); a análise do movimento potencialista (Barbier, 1977); o psicanalismo (Castel, 1976).

— *Análise Institucional em acto*: a análise institucional baseada na utilização de *analisadores construídos*:

- a) com fins terapêuticos — *psicoterapia institucional*;
- b) com fins pedagógicos — *pedagogia institucional*;
- c) com fins interventivos — *socianálise*.

2. *Sociopsicanálise institucional*

Trata-se de um método de análise institucional fundado por volta de 1972 pelo psicanalista marxizante G. Mendel, tendo inicialmente

apenas a referência psicanalítica. Mendel parece ignorar as outras correntes institucionalistas. «A sociopsicanálise e a socianálise desenvolvem-se como duas paralelas euclidianas, isto é, sem nunca se encontrarem» (Ardoino, 1971).

Na sociopsicanálise as noções de transversalidade e de implicação não são levadas em linha de conta, o que tem como consequência uma concepção muito durkheimiana de instituição que não se dissocia da concepção de organização.

A sociopsicanálise é «um método científico de análise colectiva que toma em consideração as manifestações do inconsciente, a problemática institucional, e a pertença de cada trabalhador, no interior da instituição, a uma classe definida pelo seu lugar no processo de produção» (Mendel, 1972). A atenção dos sociopsicanalistas, na sua prática institucional, incide sobre o «fenómeno-autoridade» nas suas dimensões pré-edípicas e nas suas bases políticas. A sociopsicanálise pretende fazer a análise dos grupos sociais homogêneos nas instituições, a fim de permitir a desocultação do político e a elaboração das posições e da consciência de classe social, visando, através de várias sessões, com todos os elementos (psico-afectivos, inconscientes, institucionais, políticos) a desocultação da luta de classes institucionais e a recuperação (*recouvrement*) do poder de classe institucional, realizadas pela própria classe.

A abordagem sociopsicanalítica parte da ideia de «descondicionamento» da autoridade, ao qual tende a humanidade através de um esforço de libertação. Uma segunda ideia de Mendel é o carácter não convincente do socialismo estabelecido; trata-se, portanto, de ajudar os grupos e os indivíduos instituídos a ascender à maturação do «Ego Político», isto é, a recuperar (*recouvrer*) o seu poder social.

O Poder instituído, para evitar a sua partilha, oculta o conflito ao nível político e psicologiza-o. «Quando os conflitos de classe não se podem desenvolver, a sua expressão faz-se ao nível psíquico e o esquema (*schème*) que o revela é o esquema familiar» (Mendel, 1972). A regressão do político ao psíquico opera-se

quando os conflitos de classe não podem ser consciencializados nem expressos num conflito de classes, quando a classe social se vê impossibilitada de organização ou quando a pertença e a consciência de classe não podem ser devidamente reconhecidas. Quando as questões políticas e sociais não podem receber uma resposta específica, então os indivíduos recorrem ao nível subjacente, o psíquico, para exprimir as tensões sociais.

As contribuições teóricas mais relevantes da sociopsicanálise parecem-me ser: a) a conceptualização da regressão do político ao psicofamiliar, tal qual se estruturou durante a infância; b) o papel psicologizante e de ocultação que o Poder faz desempenhar à psicossociologia; c) o trabalho para desvendar o poder e introduzir o prazer do «Acto-Poder».

O método sociopsicanalítico permanece próximo da dinâmica de grupos e a importância acordada ao único «mestre» — Mendel — assim como a sua pertença à primeira escola psicanalítica, presta-se às críticas formuladas por Castel relativas ao «psicanalismo».

A teorização desta corrente não esclarece de maneira original a especificidade da realidade institucional.

3. *Sociologia institucionalista ou análise institucional de inspiração sociológica*

Segundo R. Barbier, a sociologia institucional tem como perspectiva «a referenciação (*repérage*), a descodificação e a descriptagem (*décryptage*) do campo institucional singular. O seu objectivo é contribuir para o conhecimento (imperfeito) da hipercomplexidade da prática num determinado ponto da acção» (Barbier, 1977). Trata-se do que Lourau chama «a análise institucional sobre papel». Esta corrente não visa directamente a intervenção ou a mudança social, mas a sua investigação situa-se ao nível das relações que os homens mantêm com as suas instituições, sobretudo a escola, o hospital e a prisão. São exemplo desse tipo de investigação os artigos publicados na revista *Topiques* (Donzelot, 1970) e que se inscrevem na

linha dos trabalhos de Foucault sobre a loucura e de Bourdieu e Passeron sobre a violência simbólica da escola (cf. Bourdieu e Passeron, trad. port. 1978). O melhor exemplo deste tipo de investigação é o trabalho de Castel, tornado clássico, sobre o psicanalismo (Castel, 1973). Nesta corrente pode ainda situar-se a análise institucional do serviço social (Barbier, 1973) e do movimento do potencial humano (Barbier, 1977), assim como, até certo ponto, a análise da instituição total (Goffmann, 1968).

4. *Consciencialização institucional*

Sob esta designação considero uma quarta corrente institucionalista, se bem que não faça referências explícitas ao movimento institucionalista nem exprima o desejo de lhe pertencer. Se, por um lado, esta corrente faz apelo a conceitos socioanalíticos (como, por exemplo, as condições de intervenção definidas por Lourau e Lapassade), sociopsicanalíticos (regressão do político ao psíquico e fenómeno-autoridade) e psicossociológicos (cf. Séguier, 1976), por outro lado, a socianálise e a sociopsicanálise desconhecem o trabalho realizado pelo INODEP. Este desenvolve uma abordagem institucional específica baseada numa metodologia pluridisciplinar e dialéctica, «elaborada em função dos locais de trabalho ou de acção, em que os actores têm um objectivo militante» (Séguier, 1976). Mais do que a teorização ou a elaboração de conceitos, é a procura de grelhas de leitura e de pistas de investigação tendo como objectivo uma prática militante, que suscita a actividade do INODEP. Não se trata de produzir instrumentos de análise científica mas pontos de referência que permitam desmontar e desocultar o não-dito, a ambiguidade que mascara os mecanismos institucionais. Trata-se de uma corrente animada pelo pensamento de Paulo Freire sobre a consciencialização em que as referências cristãs se vêm juntar às de Marx e de Freud. Em relação às anteriores, esta corrente é não-universitária, «periférica» e «com-

prometida» na transformação do Terceiro Mundo, orientada para a acção cultural, a intervenção comunitária, pedagógica e sócio-política.

A contribuição principal desta corrente julgo poder situá-la ao nível metodológico numa perspectiva militante e libertadora, assim como o conceito de ocultação recíproca do político e do psíquico. «Em muitas instituições os problemas afectivos, relacionais, etc. (dependentes do campo psicológico), são interpretados e tratados como problemas ideológicos ou estratégicos quando conscientemente não desfigurados (*travestis*) por essa veste. De igual modo, os chamados problemas políticos são, por vezes, problemas de ordem psicológica» (Séguier, 1976).

As organizações instituídas toleram dificilmente os analisadores que constituem os desviantes ideológicos, organizacionais e libidinais. O poder instituído recorre facilmente ao psicologismo que reduz as questões políticas, os desvios ideológicos e organizacionais ao nível psíquico ou psicofamiliar; os desviantes são psiquiatrizados, psicologizados. No pólo oposto, situa-se um certo militantismo cego e «em processo constante de radicalização sem bases (*non étayé*) nem auto-analisado» (Séguier, 1976) que pretende, através de um reducionismo simplista, negar a autonomia e a especificidade do psicológico, esquecendo ou denegando a realidade histórica das lutas pelo poder. Se, ao nível das Ciências Sociais, a prática corrente da ideologia dominante, que se reveste de cientificidade, consiste na explicação reducionista que visa a ocultação do político; o reducionismo inverso torna-se claro quando as forças instituintes positivizam a sua negatividade numa perspectiva universalista e alienante.

Nesta corrente a conceptualização institucional não é desenvolvida nem rigorosa, ao contrário da metodologia e se, por vezes, surgem os termos instituinte e instituído, o termo instituição é geralmente tomado no sentido de organização e a análise institucional visa «as inter-relações entre a sociedade e a instituição» (Séguier, 1976).

IV — CONCLUSÃO

Esta apresentação sucinta da análise institucional necessitaria ser completada pela elucidação de alguns postulados e pela apresentação dos conceitos fundamentais, tarefa que o espaço reservado a este artigo não comporta.

RÉSUMÉ

L'article présente la genèse sociale et la genèse théorique du mouvement institutionnaliste, une perspective historique sur l'élaboration des concepts et ses différentes phases, les différents courants institutionnalistes: 1) l'analyse institutionnelle socianalytique; 2) la sociopsychanalyse institutionnelle; 3) la sociologie institutionnelle et 4) la conscientisation institutionnelle.

REFERÊNCIAS

- ARDOINO, J. (1971) — *Propos actuels sur l'éducation*. Gauthier-Villars, Paris.
- ARDOINO, J. (1977) — *Education et Politique*, Gauthier-Villars, Paris.
- BARBIER, R. (1977) — *La recherche-action dans l'institution éducative*, Gauthier-Villars, Paris.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. (1978) — *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Editorial Vega, Lisboa.
- CASTEL, R. (1976) — *Le psychanalisme*, 10/18, Paris.
- CASTORIADIS, C. (1975) — *L'institution imaginaire de la société*, Seuil, Paris.
- DAUMEZON, G. e KOECHLIN, Ph. (1952) — «La psychotérapie institutionnelle française contemporaine», in *Anais Portugueses de Psiquiatria*, 4, IV.
- DONZELOT, J. (1970) — «Espace clos, travail et moralisation, genèse et transformation parallèles de la prison et de l'hôpital psychiatrique», in *Topique*, n.º 3.
- DUBOST, J. (1973) — «Note sur les mouvements institutionnels», in *Connexions*, n.º 7.
- GOFFMANN, E. (1968) — *Asyles*, Minuit, Paris.
- GOMES, A. (1979) — *L'analyseur 25 avril*, Mémoire, Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation, Université de Louvain.
- HESS, R. (1978) — *Centre et périphérie*, Privat, Toulouse.
- LAPASSADE, G. (1973) — *Revista Connexions*.
- LAPASSADE, G. (1975) — *Socianalyse et potentiel humain*, Gauthier-Villars, Paris.
- LOURAU, R. et LAPASSADE, G. (1971) — «Analyse de la Commune de 1871», in *Autogestion et Socialisme*, n.º 15.
- LOURAU, R. (1973) — *Revista Connexions*.
- LOURAU, R. (1977) — *L'analyseur Lip*, 10/18, Paris.
- MENDEL, G. (1972) — *Sociopsychanalyse, I, II*, Payot, Paris.
- SEGUIER, M. (1976) — *Critique institutionnelle et créativité collective*, INODEP. L'Harmattan, Paris.